

NEOENERGIA BIGUAÇU

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2024

SUMÁRIO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	2
1. A NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.....	2
1.1. Estrutura Societária	2
2. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	2
3. ATIVOS EM OPERAÇÃO.....	3
3.1. Subestação em operação.....	3
4. RECEITA ANUAL PERMITIDA.....	3
5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	3
5.1. Resultado Econômico-Financeiro	4

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

Ao apresentar os resultados de 2024, a Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

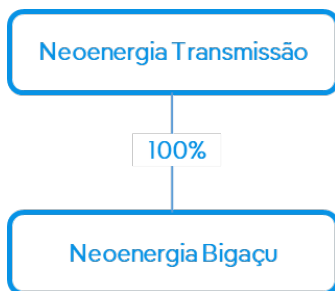
1. A NEOENERGIA BIGUAÇU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A

A Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), controlada pela Neoenergia Transmissão S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

Em 25 de agosto de 2023, a Neoenergia S.A. (antigo controlador) transferiu para Neoenergia Transmissão S.A. (atual controlador) a totalidade de sua participação societária na Companhia, em troca da integralidade da participação societária na Neoenergia Transmissão S.A. Em 29 de setembro de 2023, a Neoenergia S.A. alienou 50% da participação societária de sua então controlada Neoenergia Transmissão S.A. Como consequência, a Neoenergia Transmissão S.A. torna-se controlada em conjunto da Neoenergia S.A. e da Warrington Investment Pte. Ltd.

1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:

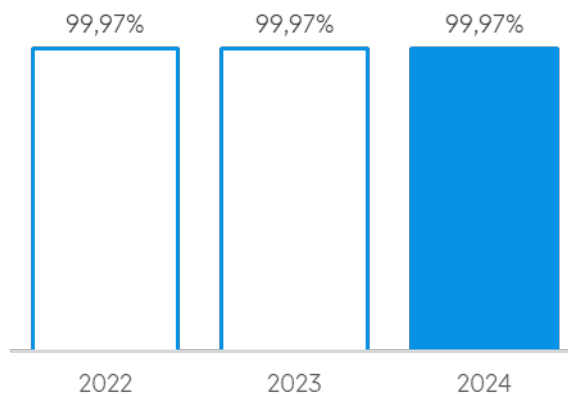


2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão e subestações: no estado de Santa Catarina, compostas por um compensador estático de reativos (CER) de (-100/+300) Mvar na subestação Biguaçu 525 kV, incluindo o transformador elevador e respectivas conexões; interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 2024, a taxa de disponibilidade da Companhia foi de 99,97% (99,97% em 2023 e 2022). O limite estabelecido pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) estipula como normal a disponibilidade entre 95% e 98%. Este indicador baliza a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através da disponibilidade do sistema de transmissão.

Em 2024, a Companhia esteve com disponibilidade acima do limite superior definido pela ONS:



3. ATIVOS EM OPERAÇÃO

3.1. Subestação em operação

Subestação em Operação - Características Físicas				
Subestação	Tensão (kV)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE Biguaçu	525kV	300	11/02/2021	11/08/2047

4. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2025 é de R\$18.673 mil (R\$18.356 mil para ciclo 2023/2024), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos.

Subestação em Operação - Características Financeiras					
Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
SE Biguaçu	100%	18.673	2028	Junho	IPCA

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas.

5.1. Resultado Econômico-Financeiro

DRE (R\$ mil)	2024	2023	Variação	
			R\$	%
Receita líquida	23.557	20.306	3.251	16%
MARGEM BRUTA	23.557	20.306	3.251	16%
Custo de operação	(2.262)	(1.461)	(801)	55%
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	(109)	(481)	372	-77%
= Despesa Operacional	(2.371)	(1.942)	(429)	22%
PECLD	49	(81)	130	-160%
EBITDA	21.235	18.283	2.952	16%
Depreciação	(9)	(10)	1	-10%
Resultado Financeiro	(2.953)	1.067	(4.020)	-377%
IR/CS	(3.757)	(2.997)	(760)	25%
LUCRO LÍQUIDO	14.516	16.343	(1.827)	-11%

A margem bruta da Companhia e as despesas operacionais no ano alcançaram R\$23.557 mil, +16% vs. 2023 e -R\$2.371 mil, +22% vs. 2023, respectivamente, explicadas principalmente pela atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual e aumento nos custos com serviços de terceiros.

Com o resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano em R\$21.235, aumento de 16%, em relação ao ano de 2023.

O resultado financeiro foi negativo em R\$2.953 mil em 2024 contra +R\$1.067 em 2023, reflexo de encargos sobre instrumentos de proteção de dívida, contratado em 2024.

Considerando os fatores acima mencionados, a Companhia registrou lucro líquido no ano de 2024 de R\$14.516 mil, redução de 11% em relação ao ano anterior.

6. ESTRUTURA DE CAPITAL

6.1. Perfil da Dívida

Em dezembro de 2024, a dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos e encargos, foi de R\$84.550 mil (dívida líquida R\$77.908 mil).

Em dezembro de 2024, a Companhia contava com 94,62% da dívida bruta contabilizada no longo prazo.



DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela Neoenergia Biguaçu, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Neoenergia Biguaçu e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Neoenergia Biguaçu.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Neoenergia Biguaçu sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores
Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Concessão do serviço público - ativo contratual

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3 e nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia atua como prestadora de serviços, conforme contrato de concessão, sendo remunerada pela construção e implementação da infraestrutura de transmissão de energia elétrica, bem como pela manutenção e operação de referida estrutura. O reconhecimento do ativo contratual de acordo com o pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada, e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Administração.

Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido na mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo, nas margens de lucros e nas projeções das receitas esperadas, consideramos a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) entendimento sobre o fluxo de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas, por natureza; (ii) avaliação do desenho e da implementação e teste de efetividade operacional dos controles internos relevantes sobre o reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas; (iii) entendimento dos critérios e premissas utilizados na determinação das margens de construção e operação e manutenção das taxas implícitas aplicadas aos fluxos de recebimento futuro; (iv) testes substantivos relacionados aos documentos comprobatórios das adições ao ativo de contrato, recálculo dos fluxos de recebimento futuro dos projetos de infraestrutura, recálculo das atualizações monetárias e da remuneração financeira dos ativos contratuais, em base amostral, a partir das condições contratuais estabelecidas e demais premissas utilizadas pela Companhia e; (v) avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações financeiras à luz do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente.

Como resultado da execução desses procedimentos, foi identificada deficiência nos controles internos relacionada a certos componentes do cálculo do “Ganho (perda) na RAP”. Avaliamos a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos, inicialmente planejados, e concluímos que estes permanecem adequados.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as políticas de reconhecimento do ativo contratual e de suas respectivas receitas são aceitáveis para suportar os julgamentos, as estimativas e as informações incluídas nas demonstrações financeiras como um todo.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Fernando de S. L. L.
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº PR 050422/O-3

Sumário

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	4
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	5
BALANÇO PATRIMONIAL	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	13
4. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS.....	15
5. RESULTADO FINANCEIRO	15
6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS	15
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	17
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	18
9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)	19
10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	20
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	23
13. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	24

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Neoenergia Biguaçu

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	3	23.557	20.306
Custos de operação		(2.269)	(1.468)
Custos de operação	4	(2.269)	(1.468)
Lucro bruto		21.288	18.838
Perdas de crédito esperadas	8.1	49	(81)
Despesas gerais e administrativas	4	(111)	(484)
Lucro operacional		21.226	18.273
Resultado financeiro	5	(2.953)	1.067
Receitas financeiras		1.351	820
Despesas financeiras		(4.626)	(9)
Outros resultados financeiros, líquidos		322	256
Lucro antes dos tributos		18.273	19.340
Tributos sobre o lucro	6.1	(3.757)	(2.997)
Corrente		(20)	(311)
Diferido		(3.737)	(2.686)
Lucro líquido do exercício		14.516	16.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Neoenergia Biguaçu

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	14.516	16.343
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	14.516	16.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Neoenergia Biguaçu

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	14.516	16.343
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	9	10
Tributos sobre o lucro	3.757	2.997
Resultado financeiro, líquido	2.953	(1.067)
Variações de ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes e outros	74	(257)
Concessão serviço público (ativo contratual)	(6.402)	(2.024)
Fornecedores e contas pagar a empreiteiros	83	465
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	-	(88)
Outros tributos e encargos setoriais a recuperar (recolher), líquidos	(656)	48
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	4	5
Outros ativos e passivos, líquidos	(240)	(118)
Caixa gerado nas operações	14.098	16.314
Rendimento de aplicação financeira recebidos	1.429	869
Tributos sobre o lucro pagos	(589)	(1.724)
Caixa gerado nas atividades operacionais	14.938	15.459
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(114)	-
Caixa consumido nas atividades de investimento	(114)	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamento	80.000	-
Remuneração paga ao acionista	(59.720)	(15.569)
Resgate de ações	(35.300)	-
Caixa consumido das atividades de financiamento	(15.020)	(15.569)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(196)	(110)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.838	6.948
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.642	6.838

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Neoenergia Biguaçu

	Notas	2024	2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	6.642	6.838
Contas a receber de clientes e outros	8	2.084	2.154
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1.3	3.589	4.255
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	17.317	16.510
Outros ativos		752	135
Total do circulante		30.384	29.892
Não circulante			
Depósitos judiciais		-	4
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	197.354	191.759
Imobilizado		661	588
Intangível		32	-
Total do não circulante		198.047	192.351
Total do ativo		228.431	222.243
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros		714	953
Empréstimos e financiamento	10	4.550	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar		4	4
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	6.2	289	1.707
Dividendos e juros sobre capital próprio	11.2	1.657	13.574
Outros passivos		487	33
Total do circulante		7.701	16.271
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	10	80.000	-
Outros tributos e encargos setoriais a recolher	6.2	20.073	19.433
Tributos sobre o lucro diferidos	6.1.2	42.491	38.754
Total do não circulante		142.564	58.187
Patrimônio líquido	11		
Atribuído ao acionista da Companhia		78.166	147.785
Total do patrimônio líquido		78.166	147.785
Total do passivo e do patrimônio líquido		228.431	222.243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Neoenergia Biguaçu

	Reservas de lucros					Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva especial de dividendos não distribuídos	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	91.240	5.224	37.304	13.617	-	147.785
Redução de capital	(35.300)	-	-	-	-	(35.300)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	14.516	14.516
Destinação do lucro:						
Remuneração aos acionistas (nota 11.2 b)	-	-	(30.764)	(5.556)	(12.515)	(48.835)
Constituição de reservas de lucros (nota 11.2 b)	-	726	-	1.275	(2.001)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	55.940	5.950	6.940	9.336	-	78.166
Saldos em 31 de dezembro de 2022	91.242	4.406	37.703	8.060	-	141.411
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.343	16.343
Destinação do lucro:						
Remuneração aos acionistas (nota 11.2.b)	-	-	-	-	(9.969)	(9.969)
Constituição de reservas de lucros (nota 11.2 b)	-	817	-	5.557	(6.374)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	91.242	4.406	37.703	8.060	-	141.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 11 de maio de 2017, a Neoenergia Biguaçu Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia Transmissão S.A, que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

Em 24 de abril de 2017, a Companhia venceu o leilão ANEEL 05/2016 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes linhas de transmissão e subestações: no estado de Santa Catarina, compostas por um compensador estático de reativos (CER) de (-100/+300) Mvar na subestação Biguaçu 525 kV, incluindo o transformador elevador e respectivas conexões; interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2024/2025 é de R\$18.673 (R\$18.356 para o ciclo 2023/2024), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da assinatura do contrato de concessão, datado de 31/07/2017.

1.1. Gestão de risco financeiros e operacionais

As Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A., compostas pelas políticas de riscos corporativos e pelas políticas de riscos específicas para cada negócio, que estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no propósito e valores do grupo Neoenergia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado da Neoenergia S.A. é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Diretoria de Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1. Gestão de riscos financeiros e mercado

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco liquidez e risco solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme política de limites e alçadas do grupo Neoenergia e estatutos das controladas / subsidiárias da Neoenergia S.A.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;

- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;

A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos 'exóticos' nem 'alavancados'.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a CDI.	Gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

(a) Gestão de risco de mercado

(i) Risco de taxa de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros dívida, rendimentos das aplicações financeiras e as receitas tarifárias das concessões que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco de preço de *commodities*

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. Em destaque para as informações de empréstimos (veja nota 10).

(c) Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2024.

***Ratings* de longo prazo em escala nacional**

	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	AAA	AAA	AAA
Itaú	AAA	-	AAA

1.1.2. Gestão de demais riscos associados**(a) Casos fortuitos e de força maior**

Os contratos de concessão de transmissão estabelecem que, em caso de evento de força maior ou caso fortuito (art. 393 do Código Civil), a transmissora não será responsabilizada pelo não cumprimento das obrigações contratuais durante o período do evento. Indisponibilidades de serviço devido a sabotagem, terrorismo, calamidades públicas, força maior ou caso fortuito, reconhecidas pela ANEEL, não estão sujeitas a penalidades contratuais.

A ANEEL é responsável por apurar e caracterizar a existência de excludente de responsabilidade e nexo de causalidade em situações de força maior, incluindo greves ilegais, suspensões judiciais, embargos administrativos, não emissão de licenças por motivos não imputáveis à transmissora e invasões em áreas de obras.

A ausência de regras objetivas para o acolhimento de pleitos de força maior pela ANEEL representa um risco regulatório, podendo resultar em penalidades, multas, frustração de receitas, sobrecustos e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(b) Inadimplência Extraordinária

A Lei nº 14.120/2021 determina a eliminação gradual do benefício de redução de até 50% nas Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição (TUSD) e Transmissão (TUST) para centrais geradoras de fontes renováveis. Esse benefício foi mantido para empreendimentos que solicitassem outorga ou alteração técnica em até 12 meses da publicação da norma e entrassem em operação comercial em até 48 meses.

Isso levou a um aumento significativo nos pedidos de outorga de geração de energia, especialmente para fontes eólica e solar, conhecido como a "Corrida do Ouro". Muitos empreendimentos enfrentaram atrasos na operação comercial devido à falta de capacidade financeira ou técnica, resultando em inadimplência setorial e afetando a receita dos concessionários de transmissão.

A ANEEL, junto ao ONS e outros agentes, está adotando medidas de controle para evitar nova escalada de inadimplência, mas os efeitos da "Corrida do Ouro" ainda estão sendo estudados para deliberação futura.

(c) Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Responsabilidade Civil Geral - Operações	31/05/2024 a 31/05/2025	100.000
Terrorismo	31/05/2024 a 31/05/2025	61.072
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31/05/2024 a 31/05/2025	61.072
Veículos - Operacional	31/05/2024 a 31/05/2026	1.000

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as IFRS *Accounting Standards* (IFRS *Accounting*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 17 de fevereiro de 2025.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro, que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos

os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
6.1.2	Tributos sobre o lucro diferidos
9.1	Perdas de crédito esperadas

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2024:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante. Segundo, as emendas o passivo deve ser classificado como circulante quando a entidade não tem o direito no final do período de reporte de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o período de reporte. Adicionalmente, apenas <i>covenants</i> cujo cumprimento é obrigatório antes do, ou, no final do período de reporte devem afetar a classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IFRS 16/ CPC 6 (R2). Arrendamentos	As emendas incluem requerimentos que especificam que o vendedor-arrendatário deve mensurar subsequentemente o passivo de arrendamento derivado da transferência de ativo - que atende aos requisitos para ser reconhecida como receita de venda - e retro arrendamento (<i>Sale and Leaseback</i>) de forma que não seja reconhecido ganho ou perda referente ao direito de uso retido na transação.	01/01/2024, aplicação retrospectiva
IAS 7/ CPC 3: Demonstração dos Fluxos de Caixa	Divulgação das Operações de Risco Sacado, Desconto de títulos, <i>Reverse factoring</i> , <i>Confirming e/</i> ou semelhantes, que envolvam as Companhias e seus fornecedores. Os novos requisitos de divulgação tornarão visível o uso de acordos de financiamento ou postergação de prazo de fornecedores por uma Companhia e permitirão que os investidores observem como esse uso desses instrumentos afetou as operações da Companhia.	01/01/2024, aplicação retrospectiva

Para as emendas e normativos listados acima, a Companhia não identificou impactos significativos na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2025:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
Resolução CVM nº 223/ OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO ₂ e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Neoenergia Biguaçu

IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ('ASG' ou 'ESG').	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18: Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva
IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade	IFRS 19 simplifica as exigências de divulgação de entidades que são subsidiárias sem responsabilidade pública, permitindo que estas utilizem as IFRS <i>Accounting Standards</i> para fins de reconhecimento e mensuração, mas com requisitos de divulgação reduzidos. Essa norma se aplica somente as entidades que: (i) sua controladora consolida as informações aplicando a IFRS 10 <i>Consolidated Financial Statements</i> e disponibiliza a demonstração financeira consolidada para o público geral, e (ii) a entidade não possui títulos e valores mobiliários sendo negociados em mercado, seja bolsa ou balcão.	01/01/2027

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18. A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras e aguardará a orientação do CPC para a aplicação deste pronunciamento.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2024	2023
Remuneração do ativo contratual	22.099	21.803
Remuneração de operação e manutenção	3.218	3.041
Ganho (perda) na RAP ⁽¹⁾	964	(2.189)
Total receita bruta	26.281	22.655
(-) Deduções da receita bruta	(2.724)	(2.349)
Total receita operacional líquida	23.557	20.306

⁽¹⁾ A variação refere-se principalmente a atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual.

3.1. Deduções da receita bruta

	2024	2023
Tributos gerais		
PIS e COFINS – correntes	(1.884)	(1.901)
PIS e COFINS – diferidos	(592)	(195)
	(2.476)	(2.096)
Encargos setoriais		
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(178)	(183)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica – TFSEE	(70)	(70)
	(248)	(253)
Total	(2.724)	(2.349)

3.2. Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica.

A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente, a partir da entrada em operação comercial, como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem.

A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato.

A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional.

A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 e 2023 com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis:

- I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16%a.a. e 17%a.a., nominal e antes dos impostos;
- II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 6,5%a.a. e 11%a.a.

4. CUSTOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024		Total
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	
Serviços de terceiros	(2.081)	(101)	(2.182)
Depreciação e amortização	(7)	(2)	(9)
Provisão para processos judiciais	-	(4)	(4)
Impostos, taxas e contribuições	(10)	(4)	(14)
Outras receitas e despesas, líquidas	(171)	-	(171)
Total	(2.269)	(111)	(2.380)

	2023		Total
	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	
Pessoal e benefícios a empregados	(248)	(153)	(401)
Serviços de terceiros	(1.003)	(193)	(1.196)
Depreciação e amortização	(7)	(3)	(10)
Provisão para processos judiciais	-	(12)	(12)
Impostos, taxas e contribuições	(13)	(9)	(22)
Outras receitas e despesas, líquidas	(197)	(114)	(311)
Total	(1.468)	(484)	(1.952)

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	1.429	869
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(82)	(52)
Outras receitas financeiras	4	3
	1.351	820
Despesas financeiras		
Encargos sobre instrumentos de dívida	(4.550)	-
Atualização de provisões para processos judiciais	-	21
Outras despesas financeiras	(76)	(30)
	(4.626)	(9)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e monetárias	(1)	(1)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	323	257
	322	256
Resultado financeiro, líquido	(2.953)	1.067

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

6.1. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Neoenergia Biguaçu

	2024	2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	18.273	19.340
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(6.213)	(6.576)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Benefício tributário sobre os juros sobre o capital próprio	2.337	3.389
Outras adições (reversões) permanentes	119	190
Tributos sobre o lucro	(3.757)	(2.997)
Alíquota efetiva	21%	15%
Corrente	(20)	(311)
Diferido	(3.737)	(2.686)

6.1.2. Tributos sobre o lucro diferidos

	2024	2023
Prejuízo fiscal (Inclui base negativa)	68	80
Diferenças temporárias:		
Margem na construção e remuneração do ativo de contrato	(42.759)	(38.885)
Outros	200	51
Saldo final do período	(42.491)	(38.754)
Passivo não circulante	42.491	38.754

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	(38.754)	(36.068)
Efeitos reconhecidos no resultado	(3.737)	(2.686)
Saldo final do exercício	(42.491)	(38.754)

6.1.3. Tributos sobre lucro a recuperar

	2024	2023
Imposto de renda – IR	3.250	2.989
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	339	1.266
Tributo sobre o lucro a recuperar	3.589	4.255
Ativo circulante	3.589	4.255

6.1.4. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b) Estimativas e julgamentos críticos

É necessário julgamento para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

6.2. Outros tributos e encargos setoriais a recolher

	2024	2023
Outros tributos		
Programa de integração social – PIS ⁽¹⁾	3.570	3.465
Contribuição para o financiamento da seguridade social – COFINS ⁽¹⁾	16.447	15.962
Outros	158	1.520
	20.175	20.947
Encargos setoriais a recolher		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	162	170
Outros	25	23
	187	193
Total outros tributos e encargos setoriais a recolher	20.362	21.140
Circulante	289	1.707
Não circulante	20.073	19.433

⁽¹⁾ Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	1	182
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.150	2.102
Fundos de investimento	5.491	4.554
	6.642	6.838

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2024 é de 99,9% do CDI (100,5% em 31 de dezembro de 2023).

A carteira de aplicações financeiras, em 31 dezembro de 2024 e 2023, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

Carteira	2024	2023
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	5.491	4.554
	5.491	4.554

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. para que o grupo diversifique seus investimentos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2024			2023		
	Recebível	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidos	Recebível	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidos
Concessionárias	2.152	(68)	2.084	2.271	(117)	2.154
	2.152	(68)	2.084	2.271	(117)	2.154
Circulante			2.084			2.154

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2024		2023	
	Recebível	Perdas de crédito esperadas	Recebível	Perdas de crédito esperadas
A vencer	2.076	(7)	1.943	(7)
Saldos vencidos:				
entre 1 e 90 dias	6	(1)	188	(38)
entre 91 e 180 dias	14	(6)	106	(42)
entre 181 e 365 dias	9	(7)	16	(12)
Acima de 360 dias	47	(47)	18	(18)
	2.152	(68)	2.271	(117)

8.1. Variação das perdas de crédito esperadas – PCE

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	(117)	(36)
Adições	(178)	(81)
Reversões	227	-
Saldo final do exercício	(68)	(117)

8.2. Política contábil e julgamentos críticos

a) Política contábil

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 13.5) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de perda esperada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia.

A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2024	2023
Saldo do ativo contratual	214.671	208.269
Ativo circulante	17.317	16.510
Ativo não circulante	197.354	191.759

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	208.269	206.160
Remuneração do ativo contratual	22.099	(16.135)
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(16.541)	21.803
Adições e mensuração do ativo contratual	844	(3.559)
Saldo final do exercício	214.671	208.269

9.1. Política contábil

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que, de acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenho são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

10.1. Caixa líquido de dívida

A Companhia avalia o caixa líquido de dívida com o objetivo de assegurar a continuidade dos seus negócios no longo prazo, sendo capaz de gerar valor aos seus acionistas, através do pagamento de dividendos e ganho de capital. O caixa líquido de dívida é composto como segue:

	2024	2023
Mercado de capitais	84.550	-
Empréstimos e financiamentos	84.550	-
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	(6.642)	(6.838)
Caixa líquido de dívida	77.908	-

10.2. Empréstimos e financiamentos

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agências de fomento, principalmente denominadas em Real brasileiro ("R\$"). As dívidas são inicialmente registradas pelo valor justo, que normalmente reflete o valor recebido, líquido dos custos de transação (custos diretos de emissão) e dos eventuais pagamentos. Subsequentemente, as dívidas são reconhecidas pelo custo amortizado.

a) Saldos dos contratos por moeda e modalidade de taxa de juros

	2024	2023
Denominados em R\$		-
Indexados a taxas flutuantes	84.550	-
	84.550	-
Circulante	4.550	-
Não circulante	80.000	-

b) Fluxo de pagamento futuros de dívida

A Companhia busca estruturar sua dívida em consonância com o ciclo financeiro de seus negócios, observando as peculiaridades de cada empresa e as características de suas concessões e autorizações.

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida de principal e juros são os seguintes:

	Principal ⁽¹⁾	Juros ⁽¹⁾	Total
2025	-	9.777	9.777
2026	-	10.328	10.328
2027	-	10.243	10.243
2028	-	10.371	10.371
2029	80.000	10.243	90.243
	80.000	50.963	130.963

⁽¹⁾ O fluxo estimado de pagamentos futuros, incluindo principal e juros, é calculado com base nas curvas de taxas de juros (taxas Pré) em vigor em 31 de dezembro de 2024 e considerando que todas as amortizações e pagamentos de juros dos empréstimos e financiamentos serão efetuados nas datas contratadas. O montante inclui valores estimados de pagamentos futuros de encargos a incorrer (ainda não provisionados) e os encargos incorridos, já reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio de vencimento do endividamento da Companhia é de 4,58 anos (2 anos em 31 de dezembro de 2023).

c) Reconciliação da dívida com o fluxo de caixa e outras movimentações

	2024	2023
Saldo inicial do exercício	-	-
Efeito no fluxo caixa:		
Captação	80.000	-
Efeito não caixa:		
Encargos incorridos	4.550	-
Saldo final do exercício	84.550	-

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia captou R\$80.000 (oitenta milhões de reais) via mercado de capitais com a 1ª emissão de debêntures.

d) Condições restritivas financeiras (*Covenants*)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 100% dos contratos de dívidas com *covenants*. O principal *covenants* da Companhia é calculado anualmente e obriga a manter a dívida líquida sobre o EBITDA (LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) abaixo ou igual ao limite contratual (5,5).

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia possui *covenants* não financeiros, que devem ser cumpridos e atestados na mesma periodicidade dos *covenants* financeiros. Não foram identificados nenhum descumprimento de *covenants* não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

10.2.1 Política contábil

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$55.940 (R\$91.240 em 31 de dezembro de 2023), totalmente integralizado, dividido em 55.940.296 ações ordinárias (91.240.296 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2023), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações		
	Total de ações	%	R\$
Neoenergia Transmissão	55.940	100%	55.940
Total	55.940	100%	55.940

Em 26 de junho de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia aprovou a redução do capital social subscrito da Companhia, de R\$91.240 para R\$55.940, mediante o cancelamento de 35.300.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da Companhia.

11.2. Remuneração ao acionista

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	14.516	16.343
Reserva legal	(726)	(817)
Lucro líquido ajustado	13.790	15.526
Destinação da reserva especial de dividendos não distribuídos	(1.275)	(5.557)
Lucro líquido a distribuir	12.515	9.969
Remuneração		
Mínima obrigatória	3.448	3.881
Remuneração adicional	9.067	6.088
	12.515	9.969
Natureza da remuneração:		
Juros sobre capital próprio	12.515	9.969
	12.515	9.969
	-	-
Remuneração total por ação	0,16	0,11

Os valores pagos ao acionista da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

Deliberação	Natureza da remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2024			
AGE de 27 de março de 2024	Juros sobre capital próprio	2.414	0,0304487
AGE de 30 de abril de 2024	Dividendos intermediários	1.826	0,0250096
AGE de 27 de junho de 2024	Dividendos	30.763	0,4213417
AGE de 27 de junho de 2024	Juros sobre capital próprio	2.342	0,0320769
AGE de 25 de setembro de 2024	Juros sobre capital próprio	1.347	0,0184490
AGE de 11 de novembro de 2024	Dividendos intermediários	3.815	0,0522517
		42.507	0,5821920
2023			
AGE de 21 de dezembro de 2023	Juros sobre capital próprio	9.969	0,1079714
		9.969	0,1079714

A remuneração a pagar ao acionista está apresenta como segue:

	2024	2023
Saldo no início do exercício	13.574	20.669
Dividendos declarados ⁽¹⁾	48.835	9.969
Imposto de renda retido na fonte	(1.032)	(1.495)
Pagos no exercício	(59.720)	(15.569)
Saldo no final do exercício	1.657	13.574

11.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

b) Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar ao acionista.

c) Reserva especial de dividendos não distribuídos

Reserva destinada a registrar parcela de dividendos que deixaram de ser obrigatórios em função da incompatibilidade da distribuição com a situação financeira da companhia, de acordo com o artigo 202 da Lei 6.404/1976.

11.4. Política contábil

O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem

a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionista) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração ao acionista é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelo acionista.

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com o acionista e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção e (iii) contratos de serviços administrativos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

12.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	2024		2023	
	Controladora	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Subsidiárias da Neoenergia
Ativo				
Contas a receber e outros (a)	-	388	-	232
	-	388	-	232
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar (b)	-	162	-	381
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar (d)	1.657	-	13.574	-
	1.657	162	13.574	381

12.2. Transações com partes relacionadas

	Subsidiárias da Neoenergia	
	2024	2023
Resultado do exercício		
Receita operacional líquida	2.244	(2.530)
Custos dos serviços	(1.407)	831
Despesas gerais e administrativas	-	150
	837	(1.549)

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção / remuneração contratual	Prazo	Vencimento	Ativo (Passivo)	Resultado do exercício
(a)	Norte Energia	TUST	IPCA	25 Anos	2048	244	727
(b)	Elektro O&M	O&M	IPCA	5 Anos	2028	(162)	(1.407)
(d)	Neoenergia Transmissão	Dividendos	N/A	N/A	2025	(1.000)	-
(d)	Neoenergia Transmissão	JSCP	N/A	N/A	2025	(657)	-

12.3. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

13. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2024		2023	
	CA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	1.151	5.491	2.284	4.554
Contas a receber de clientes e outros	2.152	-	2.271	-
Outros ativos financeiros	495	-	-	-
	3.798	5.491	4.555	4.554
Passivos financeiros				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	714	-	953	-
Empréstimos e financiamentos	84.550	-	-	-
Outros passivos financeiros	482	-	28	-
	85.746	-	981	-

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

13.2. Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 13.6 – análise de sensibilidade.

13.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR")

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2024	2023
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	5.491	4.554
	5.491	4.554

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

13.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA")

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil).

	2024		2023	
	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	84.550	79.270	-	-

13.5. Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

13.6. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2024.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas.

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Neoenergia Biguaçu

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	12,15%	6.642	793	(119)	(238)
Passivos financeiros							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	10,65	(84.550)	(12.864)	(1.930)	(3.859)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor de Operações

Fabricio Duque Estrada Meyer Chagas
Diretor Financeiro

CONTADORA

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/O-3

NEOENERGIA BIGUACU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº. 27.853.497/0001-47

("Companhia")

Os Diretores da **NEOENERGIA BIGUACU TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia do Flamengo, nº 78, Sala 101, Flamengo, CEP 22.210-904., para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte Touche Tohmatsu relativamente às demonstrações financeiras da Companhia alusivas ao exercício social findo em 31.12.2024; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31.12.2024.

Campinas (SP), 17 de fevereiro de 2025.

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor de Operações

Fabício Duque Estrada Meyer Chagas
Diretor Financeiro